

A METÁFORA E A PRODUÇÃO DE SENTIDO

Luciana Moraes Barcelos Marques (Ufes)

Virgínia B. B. Abrahão (Ufes)

Resumo

Procura-se, neste artigo, estabelecer os limites de uma abordagem que considere a metáfora como processo de produção de sentido. Para tanto, após abordar a noção de processos de produção de sentido nos textos, retoma-se o percurso que P. Ricouer (2000) sobre a metáfora, a fim de apresentar desde abordagens centradas na palavra até aquelas que consideram o discurso. No entanto, ao generalizar a metáfora como fenômeno semântico, dentro de uma abordagem mais insólita, Ricouer vai além de uma análise da metáfora como processo para considerá-la dentro da articulação de campos de referência que constituem realidades, através da linguagem.

Palavras chaves: Produção de sentido, Metáfora, Discurso, Referência.

Abstract

One searches, in this article, to establish the limits of a boarding that considers the metaphor as process of sens production. For in such a way, after to approach the notion of processes of sens production in the texts, retakes the passage that P. Ricouer (2000) about the metaphor, in order to present since boardings centered in the word until that they consider the speech. However, when generalizing the metaphor as semantic phenomenon, inside of a more uncommon boarding, Ricouer goes beyond an analysis of the metaphor as process to inside consider it of the joint reference that constitutes realities, through the language.

Keywords: Production of sens, Metaphor, Speech, Reference.

A quantidade de leitura, por si só, não desenvolve no leitor habilidades para lidar com as artimanhas da significação. Faz-se necessário treinar no leitor essa habilidade. Segundo Gnerre (1991: 19), *"entender não é reconhecer um sentido invariável, mas "construir" o sentido de uma forma no contexto no qual ela aparece."*

O mesmo autor acrescenta que:

Nas sociedades complexas como as nossas é necessário um aparato de conhecimentos sócio - políticos relativamente amplo para poder ter um acesso qualquer à compreensão e, principalmente, à produção das mensagens de nível sócio-político (GNERRE, 1991: 21).

Diante dessas constatações é de se supor que para se formar leitores atentos aos jogos da significação se faz necessário formar cidadãos conscientes, atentos ao movimento histórico da sociedade. No entanto, o que se percebe é que a linguagem se entrelaça à história formando redes complexas de significação. Neste sentido, a linguagem se instaura como suporte histórico dentro de processos de significação dificilmente delimitáveis aprioristicamente. Na verdade, o relato lingüístico precede o fato histórico.

Jean-Pierre Faye, estudando as linguagens totalitárias, alega que o que tornou possível a prática militar do nazismo foi uma rede de significações que dizia ser o nazismo um nacionalismo (natio = nação). Isso em uma Alemanha que saía de uma guerra e estava em processo de reconstrução.

A linguagem enquanto "jogo de vários parceiros", enquanto complexidade, é manuseada com habilidade consciente por poucos. Mesmo os que reconhecem o momento histórico-social a partir do qual o texto foi produzido, raramente estão despertos para o funcionamento da linguagem.

Em duas campanhas políticas de 1994, nas eleições para presidente da república, chamam a atenção as estratégias de marketing utilizadas pelos dois candidatos:

O candidato Lula (Luís Inácio Lula da Silva) utiliza-se do slogan: **Lula Brasil**, propondo um efeito nacionalista voltado para os acontecimentos daquela época, pois o país acabara de ter a sua seleção de futebol campeã na "Copa do Mundo", dentro de um processo de esfuziante nacionalismo, produzido pela imprensa nacional.

O slogan conseguiu o efeito imediato de tocar a emoção do brasileiro sem que este vinculasse, conscientemente, o slogan com a Copa, pois nada no slogan dizia da Copa. O que o slogan aproveitava era o efeito nacionalista produzido pela copa, jogava com os sentimentos da época.

O simples **Lula Brasil** já propunha um processo relacional pouco consciente mas de efeito imediato: a simpatia.

Já o candidato Fernando Henrique Cardoso propôs o slogan: **O Brasil na mão certa**, jogando com a polissemia da palavra *mão*. Num só tempo os seguintes sentidos são articulados a partir da palavra *mão*, sem se explicitar claramente: a que protege, guarda; direção competente (de um sociólogo e não de um operário, como é o caso do outro candidato); mão direita (ou seja, uma opção que não é de esquerda); mão sem traumas ou defeitos (o outro candidato não possui um dedo).

Enfim, essa polissemia produziu o efeito de sentido de protecionismo que participa do imaginário social da maioria do povo brasileiro, de mentalidade colonialista, reconhecendo no Estado o guardião, o Pai, a *Mão* que o protege e conduz os seus rumos sem que ele possa, queira ou deva interferir.

Mas também esse efeito de sentido não passa pelo consciente das pessoas ou o seu jogo é explicitado. A linguagem, neste sentido, não se estrutura como um instrumento pronto. Ela se reconstrói constantemente nas inter-relações que vai alicerçando.

MARI (1991) apresenta a noção de processos de produção de sentido nos textos como sendo operações que os sujeitos realizam ao nível do sistema lingüístico para provocar determinados efeitos de sentido. Ou seja, determinados jogos com a linguagem que encontram significados no nível da história.

É sobre esses processos de produção do sentido que este trabalho pretende se deter a fim de buscar, a partir deles,

um modo de perceber a metáfora. Isso significa colocar os estudos da linguagem dentro da complexidade apresentada pela história, assumindo as contradições internalizadas nos discursos.

Esses processos de produção do sentido são espaços que estabelecem relações paradigmáticas (em ausência), a partir de relações seqüenciais (sintagmáticas). Portanto, para discutir a metáfora como processo de produção de sentido será necessário, inicialmente, compreender o conceito de sujeito, já que, conforme acima definido, é ele quem propõe esses sentidos, no nível do sistema.

A noção de sujeito como suporte do indeterminismo na linguagem

O que as teorias deterministas em linguagem colocam de mais determinista é o fato de o sistema se impor totalmente ao indivíduo, não havendo como burlá-lo. O sistema lingüístico se apresenta como lei. Está acima dos desejos do falante. A linguagem se apresenta como instrumento de comunicação. Dentro dessa perspectiva, o sentido advém da organização funcional da frase + arranjo estrutural de unidades lexicais. Estas já estariam definidas fora de qualquer contexto. O que resulta dessa soma é um produto final previsível. O significado do dicionário é priorizado em detrimento ao sentido que as expressões ganham em uso.

Para fugir ao determinismo, as ciências humanas têm recorrido à noção de sujeito. Mari (1991) trabalha a noção de sujeito como prerrogativa de linguagem. Sem ele a linguagem inexistente. Ele, o sujeito, materializa o desejo em linguagem.

A categoria sujeito implica uma dimensão do humano na análise do material lingüístico, seja pela consciência, seja pelo desejo. A consciência é a "clareza relativa" das intervenções ou das interconexões que o sujeito processa através dos discursos. Ele sabe, até certo ponto, como intervir, que discurso propor. No entanto, os *efeitos de sentido (camadas de sentido produzidas a partir de uma manipulação do código e, nas suas conseqüências, são camadas de sentido que propiciam "sangrias" no discurso hegemônico*(MARI, 1991:19) produzidos por seus discursos, não podem ser previstos.

Nunca se sabe o que o outro vai captar ou perceber. Os efeitos de sentido dependerão das circunstâncias em torno das quais o sujeito rearranja o código ao propor o seu discurso. Além da consciência, o sujeito joga com o seu desejo, ao trabalhar o material lingüístico. Mas não há como perceber se ao seu desejo corresponderam os efeitos de sentido produzidos.

Tradicionalmente costuma-se dizer que o sujeito é aquele que rompe com as determinações históricas através da consciência de classe. Ou seja, sujeito é aquele que se diferencia da massa produzindo um discurso particular, que foge ao hegemônico e que, portanto, conscientemente se diferencia.

Contudo, sabemos hoje que as formações ideológicas (*conjunto de forças políticas que se confrontam (ou se anulam) numa dada conjuntura*) (ROBIN, 1973: 22) são variadas e que elas se fundamentam nas formações discursivas (*conjunto de princípios, de valores que regulam os discursos cabíveis, numa dada posição de classe e em função de algum objeto específico*) (id. Ib). Portanto, a questão ganha em complexidade pois as formações discursivas acabam por cair nas malhas das contradições apresentadas pela história.

É difícil dizer que determinado discurso seja verdadeiro e o outro massificado. As verdades são relativas e a realidade é paradoxal. Portanto, o sujeito, em linguagem, emerge dentro dos paradoxos presentificados nas formações discursivas. Não interessa para a Semântica classificar os tipos de sujeito que se estabelecem em linguagem. Interessa perceber o arranjo proposto ao código lingüístico e a maneira pela qual a significação se processa.

MARI (1991:8) apresenta o sujeito como o interesse primeiro para aqueles que pretendem lidar com a significação: "*O sujeito, nos termos aqui entendidos, torna-se o centro de todo o processo de produção do sentido: é ele que decide sobre os arranjos do código, seleciona o canal, alimenta redundâncias, filtra ruídos.*"

A importância dessa categoria está no fato de ela assumir a questão da produção de sentido em linguagem de um modo não fixado, não previsível. Não se trata somente de um *emissor* ou de um *falante*. Não se trata de uma pessoa que

pretende transmitir determinados fatos ou sentimentos da maneira mais clara possível querendo saturar o nível de redundâncias, para que o ouvinte tenha a compreensão global da mensagem.

A categoria sujeito, nos termos colocados por MARI (1991), quer dizer de um processo de interação em linguagem, pouco preciso, onde o sujeito produtor dos discursos diz, muitas vezes, para não ser entendido, ou elabora discursos para simplesmente ser ouvido ou até para ocupar um lugar de destaque, ou para ser respeitado. Neste sentido, ele joga com os subentendidos, com os "não-ditos". O discurso mais interessante não é, desta maneira, o mais informativo ou mais fiel ou verdadeiro. Não há como medir essas categorias pois elas não se encontram nos discursos e sim nos interesses do leitor. O que é informativo para um leitor pode não o ser para outro. A única necessidade é que se atenda às exigências do discurso o que implica no reconhecimento de papéis sociais.

Sabemos que a linguagem não apresenta uma relação referencial unívoca e imediata. As "coisas" e os "acontecimentos" se relacionam às palavras em planos e níveis diversos e difusos.

Enfim, a categoria sujeito é um espaço que diz da complexidade da linguagem. Sem essa noção ou privilegiaríamos a análise lingüística ao nível do sistema, ou optaríamos por questões ao nível da história, analisando os discursos a partir do momento histórico-social em que aparecem. Ou, ainda, analisaríamos os dois níveis juntos, como o fez a proposta da Análise do Discurso, levantando o contexto social, o léxico, as estruturas sintáticas priorizadas. No entanto, nesse nível de análise as preocupações estão centradas nas questões sociais e culturais que o arranjo do material lingüístico propõe, privilegiando-se os efeitos de sentido. Não é enfocado o confronto que o sujeito estabelece com o sistema lingüístico e sim o confronto do sujeito com a história.

O enfoque que recai sobre a história percebe que não montamos palavras exclusivamente para verbalizar. Optar por determinadas estruturas significa optar por um lugar no mundo. Representa assumir posturas em linguagem. Desta forma, as partes constitutivas da linguagem se estruturam no sistema lingüístico de modo virtual, não prontas ou fixadas.

Somos nós quem alicerçamos determinadas estruturas dentro das possibilidades, em função dos nossos desejos, dos nossos propósitos histórico-sociais, para nos colocar, marcar nosso espaço, nosso ponto de vista.

Propõe-se, assim, lidar com a categoria sujeito como um dispositivo de uma análise mais centrada sobre o material lingüístico tentando-se detectar os dispositivos de engendramento de sentidos. Desta forma, o sujeito se delinea como tensão entre o usuário e o sistema lingüístico. Tanto o sistema como a história se impõem deterministicamente ao sujeito e ele os burla, na medida do possível.

MARI (1991) acredita, dessa maneira, que o sentido não se assegura só no nível do sistema lingüístico, já que uma mesma frase pode ser entendida de diversas maneiras, nem somente no nível do momento histórico. Afirmar que determinado discurso significa X, devido ao lugar e ao momento em que foi articulado é negar, segundo Mari, o humano dentro dos discursos, responsável por movimentar as formações discursivas em função do seu desejo ou da sua consciência, ainda que peremptória. Assim, a significação proposta nunca é da ordem do previsível, do contextualmente determinado.

É com base nessas constatações que MARI (1991) propõe que o sentido de qualquer discurso se articula sob o tripé: sujeito-sistema-história, sendo que nenhum dos elementos se sobrepõe ao outro.

Apesar de a relação do sujeito com o sistema lingüístico depender de certo nível de determinação, pois deve transitar dentro da relação lexical/sintática, este burla o sistema de modo inusitado.

No ditado popular:

Nem tudo que reluz é ouro.

Somente as palavras sublinhadas podem sofrer redecodificações já que a sintaxe é convencionalizada bem como os elementos coesivos. No entanto, o ditado se abre para as utilizações as mais diversas propondo efeitos de sentidos inesperados.

Também as formação discursivas regulam os discursos determinando o que pode e deve ser dito, propondo uma

determinação histórica sobre o material lingüístico. Contudo, o sujeito burla essa determinação a partir das próprias contradições propostas pela história. Assim, em um momento em que a formação discursiva que regulava os discursos da igreja católica era a de um Jesus Cristo protetor dos homens, a Teologia da Libertação, dentro da igreja da América Latina vem propondo a figura do filho de Deus como revolucionária, inconformada, consciente das opressões de seu tempo.

Inúmeros exemplos poderiam ser dados pois a todo momento os discursos se diferenciam propondo novos enfoques sobre o real.

A linguagem se instaura, então, num sistema lingüístico em condições históricas determinadas. Ela não consegue prescindir de nenhum dos elementos para se constituir. Por muito tempo acreditou-se que a linguagem seria tão somente o sistema lingüístico, contudo, apesar de o sistema ser imprescindível, ela não se instaura somente aí.

Desta forma, segundo MARI (1991) o sujeito se constitui em três momentos:

Linguagem como condição: o sujeito depende do sistema para se constituir em discurso. Assim, ele reproduz sim, o sistema (aprende uma língua), como também se confronta com ele. Reproduzir e confrontar-se com o sistema é de domínio de qualquer falante. E a determinação do sistema é necessária, pois é por meio dela que o sujeito encontra suporte para se alicerçar.

Condição para linguagem: apesar de ser, de alguma forma, determinado pelas condições históricas bem como pelo sistema, existe um espaço onde o sujeito é ativo, autônomo. Desta forma, a linguagem não se apresenta como reprodução: um sujeito falando de um objeto. Ela se apresenta como reflexo: um sujeito elabora em linguagem o seu mundo visível e, também, o mundo possível.

"O sentido passa a construir uma realidade que nem sempre se presta a uma verificação factual" (MARI, 1991:23).

Condição na linguagem: o sujeito emerge segundo as condições históricas que articulam formações discursivas. Ele tem que "aceitar", se "adequar", até certo ponto, a essas formações, porque elas determinam o que pode e o que dever ser dito, mas o limite entre os dois pólos é opaco.

É importante observar que as tensões geradas entre o possível e o permitido ou obrigatório não depende de processos individualizados. Depende de situações, de ocasiões, do histórico dos acontecimentos.

Existem lugares de sentido fossilizados, dentro da linguagem. O sujeito usa deles com a força histórica que possuem e os burla. Ou seja, é a contradição histórica que permite conotações e usos variados dos discursos fossilizados. *"O sentido decorre, então, de percursos do signo em uma dada situação discursiva"* (MARI, 1991: 49).

Enfim, MARI (1991) acredita que só uma categoria como sujeito pode lidar com a linguagem quando se considera questões referentes ao sentido, pois: *"...o mesmo discurso que revela, esconde, o mesmo que aglutina desagrega, o mesmo que esclarece aliena... Assim é a linguagem humana e diferente não pode ser o sujeito que nela se engendra"* (MARI, 1991: 29).

A NOÇÃO DE PROCESSOS DE PRODUÇÃO DO SENTIDO

MARI (1991) trabalha a questão da significação não somente a partir da categoria sujeito mas do tripé: sujeito-sistema-história, como acima dito. O autor aponta para a necessidade de se explicitar os processos de produção de sentido nos textos como forma de se adentrar os processos de significação de um modo mais centrado sobre o material lingüístico.

Para se buscar os fundamentos da significação pode-se recorrer a dados da ordem do lingüístico, do lógico, do filosófico, do psicológico, do antropológico, do sociológico, enfim, pode-se recorrer a uma diversidade de campos de estudo. Na verdade, promover significados em linguagem é significar as relações, os homens, sua história e seus desejos.

A questão da significação em uma língua natural suscita um vasto quadro conceitual com grande flutuação terminológica, pois o objeto de estudo é por demais fluido apesar de ser de grande interesse para as mais diversas áreas, principalmente na modernidade, quando a civilização da escrita se instaura dentro da "aldeia global".

Enfim, a Semiologia é uma área abrangente e de interesse geral, e se utiliza do instrumental da Lingüística para suas análises. Porém, os estudos nessa área têm caminhado muito pouco, até mesmo pela abrangência necessária ao enfoque a eles dado.

As análises puramente lingüísticas sobre a significação se pautaram no estruturalismo e na lógica formal. Começaram na palavra e terminaram na frase.

Devido aos grandes avanços alcançados pela sintaxe, ou seja, já existiam formulações sintáticas das estruturas frasais e a lógica formal já possuía estratégias para lidar com as noções de tempo, de quantificação, etc., os estudiosos pensaram que a questão de significação poderia ser abarcada com o mesmo instrumental, de modo eficiente, dentro do cálculo estrutural.

Mas para MARI o sentido não se esgota em uma matriz de traços conceituais/cognitivos (significado). Na verdade, essa matriz é acrescida de uma intenção. O sentido é, desta forma, conjuntural. Tanto é assim que os modelos lógicos não conseguiam descrever todas as dimensões do sentido. Afinal, quais seriam os modalizadores necessários na descrição semântica? É difícil estabelecê-los já que o sentido caminha por lugares inusitados, sempre. Ele depende das situações para se fazer. Para esse autor não existe um sentido único, nunca, em nenhuma frase, embora exista um sentido consensual, muitas das vezes. É só lembrar, por exemplo, o sentido das palavras cana, lixo, dos nomes de animais como veado, leão, galinha, o sentido da palavra democracia, enfim, qualquer palavra ou expressão dependerá do uso para efetivar sua significação.

Dentro dessa mesma perspectiva, VERÓN (1980) defende que não devemos observar nos discursos quem fala ou com que intenção elabora, mas **como diz** e **sobre que bases o faz**.

Ao se analisar, nos textos, os processos de produção de sentido, analisa-se, primeiramente, a relação sujeito-sistema, ou seja, a manipulação que o sujeito realiza sobre o código. A relação sujeito-história aparecerá como coadjuvante da análise já que o suporte da análise deve ser o *como* se fala e sobre que bases esse *como* se estrutura.

Deve ficar claro, ainda, que ao relevar os procedimentos de manipulação do código, ou processos de produção do

sentido, MARI (1991) não está se referindo a qualquer construção frasal ou construção de palavras. Ele aponta para os procedimentos que provocam estrangulamentos do código e que permitem uma bifurcação de leituras derivadas que conduzem a dimensões referenciais distintas. As Metáforas são um bom exemplo, bem como as ambigüidades e as conotações.

Por que não buscar somente as estratégias argumentativas? Por que buscar as estratégias que propõem estrangulamentos no código, que permitem bifurcações de leituras, que conduzem a dimensões referenciais distintas?

Para MARI (1991), são nesses momentos de elaboração do código que melhor se evidencia a "emergência do sujeito" na língua, embora não se constituam momentos exclusivos dessa emergência.

Outro caminho possível seria o de observar a emergência do sujeito em confronto com a história ou com a ideologia. Esse segundo caminho aponta para um sujeito que se confronta principalmente com as formações ideológicas. Ainda que esse confronto seja perpassado pelo sistema, ele se configura muito mais no nível do jogo argumentativo que aponta para as condições do discurso. Só a partir da observância dessas condições pode-se trabalhar sobre o **como se diz**, pelo menos quando se trata de textos socialmente recorrentes como os editoriais, os discursos políticos, as reportagens. Neles o jogo com o sistema não é colocado explicitamente.

Segundo VERÓN (1980), acima citado, o **como se diz**, ou mesmo as **bases do discurso**, podem ser percebidos tanto no primeiro como no segundo nível de análise. E isso é importante pois nos parece fundamental explicitar as estratégias do dizer enquanto *jogo de vários parceiros*, em qualquer nível de leitura.

A seguir, apresentamos a abordagem de Paul Ricoeur, para mostrar como se passa de uma perspectiva puramente instrumental da linguagem para uma perspectiva discursiva, no trato com um fator de produção de sentido muito produtivo na linguagem, que é a Metáfora.

A Metáfora em P. Ricoeur

Por Paul Ricoeur ser um ícone nos estudos sobre a metáfora, esta secção volta-se a sua obra *A metáfora viva* (2000). Num primeiro momento, discorremos de forma sucinta o trato das metáforas nos níveis da palavra, da frase e do discurso apresentados pelo autor, e suas implicações sobre os conceitos de linguagem e referência e em seguida finalizamos buscando estabelecer suas diferenças em relação a Saussure.

O livro *A metáfora viva* apresenta estudos oriundos de um seminário que ocorreu na Universidade de Toronto em 1971 e que teve progressão durante cursos ministrados posteriormente em outras universidades. Cada um dos oito estudos que compõem a obra, conforme é prefaciado pelo autor,

[...] desenvolve um ponto de vista determinado e constitui um todo. Ao mesmo tempo, cada um é o segmento de um único itinerário que tem início com a retórica clássica, passa pela semiótica e pela semântica, para alcançar finalmente a hermenêutica. A passagem de uma disciplina a outra segue a das entidades lingüísticas correspondentes: a palavra, a frase e, por fim, o discurso. (RICOEUR, 2000: 09)

Ricoeur (2000) parte de Aristóteles para estudar a metáfora sob o nível da palavra, uma vez que é considerado o precursor na discussão sobre as metáforas. Aristóteles, na *Poética*, define metáfora como "a transposição do nome de uma coisa para outra, transposição do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou de uma espécie para outra, por via de analogia" (ARISTÓTELES, 1959: 312). Essa noção de metáfora como transposição de significados, ainda hoje, é utilizada em gramáticas e por alguns teóricos da linguagem.

Ricoeur (2000) afirma que a visão aristotélica remete a três conceitos principais inerentes à metáfora: o desvio, o empréstimo e a substituição. Sabendo-se que estes só são possíveis a partir da diferenciação do sentido próprio – primeiro – do sentido estranho – figurado. Desta forma, a metáfora seria um desvio do uso habitual da palavra; um

empréstimo de sentido; uma substituição de uma palavra (ausente) por outra (metafórica).

Sob essa ótica desviante, mesmo a noção de comparação é problemática, uma vez que *"aos olhos de Aristóteles, a ausência do termo de comparação na metáfora não implica que a metáfora seja uma comparação abreviada, como se dirá a partir de Quintiliano, mas, ao contrário, que a comparação é uma metáfora desenvolvida"* (RICOEUR, 2000: 46).

A metáfora aristotélica, então, é entendida a partir dos padrões da palavra, pelos quais se estabelecem principalmente as relações de semelhança. Utilizar uma metáfora, então, implica em empregar um termo em lugar de outro, seja como desvio, como um empréstimo semântico ou como uma substituição. Desta forma, quando se entende a metáfora como figura de linguagem, vemos que, no âmbito da figura, a metáfora assemelha-se a uma imagem. Quanto a esta aproximação conceitual, Aristóteles afirma:

A imagem é igualmente uma metáfora; entre uma e outra a diferença é pequena. [...] Podemos empregar tôdas estas expressões quer como imagens, quer como metáforas. Tôdas as que saborearmos como metáforas servirão também manifestamente como imagens e as imagens, por sua vez, serão metáforas a que não falta senão uma palavra. (ARISTÓTELES, 1959: 201)

Dando continuidade aos estudos da metáfora no nível da palavra, Ricoeur acrescenta um estudo assentado em Pierre Fontanier, que se fundamenta sobre a Teoria dos Tropos que também privilegia a metáfora enquanto palavra; como desvio em relação à significação primeira.

O modelo tropológico implica uma série de postulados acerca das restrições e extensões do tropo – figura de desvio – (e, conseqüentemente, da metáfora), ressaltando-se que a metáfora seria um sentido impróprio que é utilizado sem necessidade – isto é, mesmo havendo a palavra “adequada” a ser empregada, opta-se pela metáfora – não lhe acrescentando nenhum dado novo, com pura função decorativa, sendo um ornamento à linguagem.

O problema da metáfora como tropo é sua redução ao nível (único) da palavra, no entanto, a abordagem dos tropos

como figuras possibilita uma abertura na significação, pois *"a figura pode ser indiferentemente referida à palavra, à frase ou aos traços do discurso que exprimem o movimento do sentimento e da paixão"* (RICOEUR, 2000: 89). Cabendo ressaltar que esta concepção é apenas ideológica, uma abertura para inserções futuras, pois efetivamente, mesmo a metáfora tratada como figura, ainda não ultrapassa os limites da palavra.

A metáfora encontra-se, então, tanto em Aristóteles como em Fontanier, no nível do desvio, uma transgressão de sentido que ultrapassa a denominação substantiva (podendo ser adjetiva, verbal, discursiva, etc.). Retoma-se, então, a noção de transgressão de sentido, mas esta precisa ser analisada à luz do uso, para definir se o desvio é comum (catacrese) ou inovador (metáfora). Portanto, *"é necessário, então, ir da palavra ao discurso, pois apenas as condições próprias ao discurso podem distinguir o tropo-figura do tropo-catacrese e, no tropo-figura, o curso livre do curso forçado"* (RICOEUR, 2000: 105).

Conforme exposto, ao analisar as metáforas no nível da palavra como desvio, se está concebendo a linguagem de forma taxionômica e classificatória simplesmente, ou seja, conclui-se que a relação de referência se dá de forma linear e codificada, que as variantes de uso (como as metáforas) encontram-se no âmbito do desvio e não abrangem a produção de sentidos.

No entanto, Ricoeur afirma que o tratamento metafórico no nível da palavra, embora criticado, mostra-se necessário à semiologia da significação, mesmo que se apresente apenas como um fragmento do todo discursivo, pois,

[...] a definição real de metáfora em termos de enunciado não pode eliminar a definição nominal em termos de palavra ou de nome, na medida em que a palavra continua a ser a portadora do efeito de sentido metafórico; é da palavra que se diz tomar um sentido metafórico; eis por que a definição de Aristóteles não é abolida por uma teoria que não se refere mais ao lugar da metáfora no discurso, mas ao próprio processo metafórico. (RICOEUR, 2000: 108)

A manutenção da teoria aristotélica se dá, principalmente, por ela representar uma parte do todo, ou

seja, o estudo da palavra colabora para os demais estudos, a diferença é que não se pode reter-se apenas nele, mas prosseguir nos demais níveis.

Transpondo o nível da palavra Ricoeur retoma Benveniste (1995) para quem os níveis do sentido são diferenciados, tendo como unidade do discurso a frase, que é a unidade semântica; em detrimento da palavra, que é a unidade semiótica.

A separação entre as ordens semiótica e semântica evidencia alguns traços distintivos concernentes ao discurso, cabendo ressaltar a dicotomia entre a função identificante (nominal) e a função predicativa (verbal), isto é, a metáfora é um fenômeno de predicação, e não apenas de denominação. Diferenciar o semiótico do semântico implica uma nova organização do paradigmático e do sintagmático.

Essa diferenciação entre os traços semânticos e semióticos nos níveis sintagmático e paradigmático, respectivamente, viabiliza o tratamento da metáfora nessas duas categorias (embora desde Jakobson – 1966 – ela seja tratada apenas no aspecto paradigmático); de forma que no nível da palavra (semiótico) a metáfora pode ser discutida nas relações de substituição; e no nível do discurso (semântico) a construção de sentido da metáfora depende das relações de sentido criadas entre as palavras do enunciado, que cria o todo significativo do discurso.

A partir do entrelaçamento dos aspectos sintagmático e paradigmático, compreende-se que as palavras não possuem um sentido próprio, imutável e irrefutável; antes, que seu sentido é construído *pelo e no* discurso, partindo de “sombras” de significado convencionadas pela sociedade. Essa dimensão confirma que

*(...) a linguagem, como bem o viu Shelley, é "vitalmente metafórica"; se "bem metaforizar" é ter domínio das semelhanças, então não poderíamos sem ela apreender nenhuma relação inédita entre as coisas. Longe de ser um desvio em relação à operação comum da linguagem, a metáfora é "o princípio onipresente em toda a sua ação livre"; não constitui um poder adicional, **mas a forma constitutiva da linguagem.** (RICOEUR, 2000: 128, grifos nossos)*

Entender a metáfora na frase, como "forma constitutiva da linguagem", implica em redirecionar a linguagem do aspecto classificatório para o da significação, "com a frase, a linguagem sai de si mesma, e a referência indica a transcendência da linguagem a si mesma" (RICOEUR, 200: 120). Essa transcendência se dá na mudança de sistema, o signo aponta para as relações inter-sígnicas, a frase as ultrapassa. Ricoeur retoma I. A. Richards para analisar a complexidade enunciativa da metáfora:

*I. A. Richards propôs denominar "conteúdo" (tenor) a idéia subjacente, e "veículo" (vehicle) a idéia sob cujo signo a primeira é apreendida. Mas importa notar que a metáfora não é o "veículo": **ela é o todo constituído pelas duas metades** (RICOEUR, 2000: 129-130, grifos nossos).*

A metáfora definida como o todo do enunciado aponta para a construção da significação, ou seja, "conteúdo" e "veículo" são neutros por si mesmos, o todo que eles formam é que constitui a metáfora, ocasionando num apontar para fora, da metáfora como predicação. Ou seja, por esta visão, a construção metafórica não se baseia na figura (palavra única) que traz o sentido novo, mas na construção predicativa. Num comparativo entre a análise baseada na denominação e a análise predicativa, vejamos o exemplo abaixo:

"A Amazônia é o pulmão do mundo."

Na análise da metáfora a partir da palavra, teríamos de analisar os sentidos possíveis do termo *pulmão* por ele mesmo, enquanto uma substituição a um outro termo ou de outra expressão, como por exemplo: *sustento de oxigênio*. Já numa análise predicativa teríamos que levar em conta outros fatores propulsores do sentido nesta frase, como a relação entre *Amazônia* e *pulmão*, ou seja, quais sentidos poderiam ser aflorados a *Amazônia* pelo termo *pulmão*? Além disso, poderíamos pensar a contribuição que o verbo no futuro: "é", oferece ao sentido da frase, já que estabelece uma verdade incontestável, bem como a generalização proposta pelo termo "*mundo*". Por fim, teríamos que levar em conta a relação sujeito-história ao analisar o momento atual da *Amazônia* e a importância dessa afirmativa, em termos do momento

histórico-social. Teríamos assim procedido à análise dos processos de produção de sentido na frase, tendo por base uma análise predicativa porque parte da relação do sujeito *Amazônia* com o predicativo a ele atribuído: *pulmão do mundo*.

Desta forma, considerando a metáfora no nível da semântica da frase, ela configura-se como produto de uma tensão entre os termos de uma enunciação metafórica. Ela existe como uma interpretação, pois numa enunciação metafórica a contradição significativa entre os termos desconstrói a significação literal e possibilita às palavras um sentido novo (interpretativo), fruto dessa tensão.

Dando continuidade ao prospecto histórico de Ricoeur, acrescenta-se a semelhança como um fator de significação enunciativa, em que essa semelhança torna-se uma condição primeira do acontecimento da metáfora. Como transcrito a seguir, o autor apresenta um breve apanhado histórico da importância da semelhança ao longo das teorias até então propostas:

*Na tropologia da teoria clássica, o lugar assinalado à metáfora entre as figuras de significação é especificamente definido pelo papel que a relação de semelhança desempenha na transferência da idéia primitiva à nova idéia. Esse pacto com a semelhança não constitui um traço isolado, pois no modelo subjacente à teoria da retórica clássica ele é solidário com o primado da denominação e dos outros traços que procedem desse primado. É, com efeito, primeiramente entre as idéias das quais as palavras são os nomes que a semelhança opera. Em segundo lugar, no modelo, o tema da semelhança é fortemente solidário com os de empréstimo; de desvio, de substituição, de paráfrase exaustiva. Com efeito, a semelhança é, antes de tudo, o motivo do empréstimo, em seguida é a face positiva do processo do qual o desvio é a face negativa. Ela é ainda a ligação interna da esfera da substituição e, enfim, é o guia da paráfrase que, restituindo o sentido próprio, anula o tropo. Na medida em que o postulado da substituição pode ser representativo da cadeia inteira de postulados, **a semelhança é o fundamento da substituição posta em ação na transposição metafórica dos nomes e, mais***

geralmente, das palavras. (RICOEUR, 2000: 267-268, grifos nossos)

Com essas afirmações, Ricoeur põe a semelhança em posição de destaque para as teorias da metáfora, como sendo primordial em toda acepção que se possa fazer da construção metafórica.

Essa primazia da semelhança se fortalece no discurso da alteridade, ou seja, a semelhança metafórica mantém o diferente, forma-se a partir dele, mas também estabelece relações entre os distantes. O que aparentemente não possui equivalência alguma, a semelhança metafórica os aproxima e recria as categorizações de grupos. Para Ricoeur,

*[...] a metáfora mostra o trabalho da semelhança porque, no enunciado metafórico, a contradição literal mantém a diferença, o "mesmo" e o "diferente" não são simplesmente misturados, mas permanecem opostos. Por esse traço específico, o enigma é retido no próprio coração da metáfora. **Na metáfora, o "mesmo" opera apesar do "diferente".*** (RICOEUR, 2000: 301, grifos nossos)

Quando o autor estabelece que "na metáfora, o 'mesmo' opera *apesar* do 'diferente'", ele destaca o caráter gerador do semelhante metafórico, ou seja, a semelhança gera um novo sentido, fazendo novas ligações de significação. Com isso, por mais intensas que sejam as diferenças entre os sentidos aproximados pela metáfora, ainda assim ela criará uma conexão de semelhança e, por meio dela, será fonte de novos sentidos.

Quanto às noções de semelhança, Ricoeur propõe uma comparação entre a proposição teórica de Roman Jakobson e a sua, diferenciando, no entanto, os níveis da palavra e do discurso, respectivamente, ou seja, Jakobson destacava a substituição de um termo por outro, enquanto Ricoeur propõe a substituição de uma significação por outra, conforme a citação abaixo.

Como Roman Jakobson, com efeito, mas em sentido diferente dele, formamos um conceito de "processo metafórico" pelo qual o tropo da retórica desempenha um papel revelador. Mas,

à diferença de Roman Jakobson, o que na metáfora pode ser generalizado não é a sua essência substitutiva, mas sua essência predicativa. Jakobson generalizava um fenômeno semiótico, a substituição de um termo por outro; **nós generalizamos um fenômeno semântico, a assimilação de uma a outra de duas áreas de significação por meio de uma atribuição insólita.** (RICOEUR, 2000: 304, grifos nossos)

Observemos que a diferenciação é significativa entre as duas proposições, cabendo destaque à proposta de Ricoeur, uma vez que ela ultrapassa o nível da palavra e do enunciado, chegando-se ao terceiro nível de estudo do autor: o do discurso. Como pudemos constatar, o semelhante acompanha a metáfora em todos os níveis (da palavra, da frase e do discurso), sendo o ponto de partida para o fenômeno discursivo, da significação semântico-hermenêutica.

Neste ponto, parece-nos que enfim o autor apresenta seu posicionamento teórico (após as explanações sobre os outros níveis de análise da metáfora), conforme ele descreve no prefácio:

A metáfora apresenta-se, então, como uma estratégia de discurso que, ao preservar e desenvolver a potência criadora da linguagem, preserva e desenvolve o poder heurístico desdobrado pela ficção. [...] Assim, a obra é conduzida a seu tema mais importante: a saber que a metáfora é o processo retórico pelo qual o discurso libera o poder que algumas ficções têm de redescrever a realidade. Ligando dessa maneira ficção e redescrição, restituímos sua plenitude de sentido à descoberta de Aristóteles, na Poética, de que a poíesis da linguagem procede da conexão entre mythos e mímesis. (RICOEUR, 2000: 13-14).

De fato, pelo viés da ficção e da redescrição da realidade, é possível desestabilizar o conceito solidificado de mundo, e a partir do todo de uma obra de ficção restabelecer novos limites, mais extensos, para a construção de sentido. É relevante considerar que, no nível do discurso apresentado por Ricoeur, o texto passa ter uma nova representação, a saber, para o autor

*O texto é uma entidade complexa de discurso cujos caracteres não se reduzem aos da unidade de discurso ou frase. Por texto não entendo somente nem principalmente a escritura, embora a escritura ponha por si mesma problemas originais que interessam diretamente ao destino da referência; mas entendo, prioritariamente, **a produção do discurso como obra**. (RICOEUR, 2000: 336, grifos nossos)*

Entender o texto "como obra" implica redimensionar o objeto de estudo, ou seja, partiu-se da palavra, passou-se pelos enunciados e, agora, a dimensão é do todo da obra, que passa a ter a significação principal e a firmar-se como uma nova realidade. A partir desse todo, o autor acrescenta que não é um todo apenas estrutural, mas sim a criação de uma nova realidade, que ele denomina: *o mundo da obra*.

Conseqüentemente, a compreensão do mundo da obra abre espaço para analisar as metáforas em rede (ou por modelo, ou por arquétipos), ou seja, a metáfora pode realizar-se na obra por meio de uma palavra, de uma frase, subjacente a um poema ou, ainda, pode tipificar uma comunidade lingüística, cujas falas caracterizam-se como um todo. Enfim, passa a ter uma função referencial: *"pode-se esperar que a função referencial da metáfora seja levada por uma rede metafórica em vez de por um enunciado metafórico isolado"* (RICOEUR, 2000: 372).

Quando se trata a metáfora pelo viés referencial, retorna-se à noção de verdade, cabendo ressaltar que, embora Ricoeur discorra filosoficamente sobre o assunto, não é foco desta pesquisa tal análise, cabendo-nos apenas as implicações desse contexto filosófico para o lingüístico-conceitual.

No estudo proposto por Ricoeur, questionam-se então as noções de realidade, mundo e verdade; as quais ele considera mutáveis e de domínios distintos. Cabe salientar o acréscimo de uma "verdade metafórica", pela qual o autor argumenta que

[...] não outro modo de fazer justiça à noção de verdade metafórica senão incluindo o aguilhão crítico do "não é" (literalmente) na veemência ontológica do "é" (metaforicamente). [...] da mesma maneira que a distância lógica é preservada na proximidade metafórica, e da mesma

maneira que a interpretação literal impossível não é simplesmente abolida pela interpretação metafórica, mas lhe cede resistindo, da mesma maneira a afirmação ontológica obedece ao princípio de tensão e à lei da "visão estereoscópica" (RICOEUR, 2000: 388-389).

Por visão estereoscópica entende-se uma visão dupla, em que se aplicam tanto a visão dita literal, quanto a metafórica, que co-existem na tensão do ser e não ser. Desta forma, a verdade metafórica aponta para uma realidade própria, a realidade cuja significação emerge no enunciado. Ricoeur afirma que

Se de fato a significação, sob sua própria forma elementar, está em busca de si mesma na dupla direção do sentido e da referência, a enunciação metafórica apenas leva à sua plenitude esse dinamismo semântico. [...] a enunciação metafórica opera simultaneamente sobre dois campos de referência. Essa dualidade explica a articulação, no símbolo, de dois níveis de significação. A significação primeira é relativa a um campo de referência conhecido: o domínio das entidades às quais podem ser atribuídos os próprios predicados considerados em sua significação estabelecida. A segunda, à qual se trata de fazer surgir, é relativa a um campo de referência para o qual não há significação direta, e para o qual, por conseqüência, não se pode proceder a uma descrição identificante por meio de predicados apropriados (RICOEUR, 2000: 458).

Considerar um campo de referência de significação indireta reporta à referência duplicada "[...], significa que a tensão característica da enunciação metafórica é suportada, em última instância, pela cópula é. Ser-como significa ser e não ser. Isto era e não era" (RICOEUR, 2000: 470). Em outras palavras, o ser-como metafórico remete ao não ser literal e ao ser metafórico, não numa negação do literal simplesmente, mas num movimento de presença/ausência. Por esta tensão do ser e não ser insurge uma nova noção de realidade, uma realidade referencial, ou seja, uma realidade que se faz em linguagem.

Portanto, apesar de Ricoeur passar pela metáfora como produção de sentido, vai além dela, ao assumir que ela, a metáfora, inaugura realidades, através da generalização do

fenômeno semântico. Nessa perspectiva o sujeito não é só um produtor de sentidos, mas o lugar mesmo da linguagem. Ele não depende do sistema, ele instaura o sistema, a cada ato lingüístico. Analisar a metáfora, sob essa perspectiva é então, analisar o próprio sujeito que constitui sua realidade em linguagem. Sob essa perspectiva que o autor adota, ao final da sua abordagem, a metáfora não pode ser considerada como um processo, mas nela a linguagem, o sujeito e a história se recriam constantemente.

Contudo, como Ricoeur faz um percurso dos estudos da metáfora, que vai desde a palavra ao discurso, ele pôde nos apresentar claramente, os equívocos que aqueles que abordam a metáfora continuam cometendo, porque, apesar de ele demonstrar a dependência de um nível de abordagem a outro, mostra, com muita propriedade, que o nível do discurso, apesar de se somar ao nível da palavra, ou do tropo ou da predicação, dá um passo muito distinto, observando a linguagem sob outra perspectiva que não se confunde com aquelas iniciais. Aliás, ele demonstra essa diferença de trato a cada nível, sendo que nenhum deles descarta o que lhe antecede. Assim, ao assumir a noção de *semelhança* dentro da *diferença*, como a base da metáfora, o autor demonstra que, no que diz respeito à metáfora, a produção de sentido não dá conta totalmente do processo, mas é fenômeno indispensável a ser considerado, isso porque, através da metáfora, o leitor é transportado para outros planos de realidade e de verdade, imprescindíveis de serem considerados no trato com as mesmas. A análise das metáforas não se bastaria, portanto, em uma análise do material lingüístico em confronto com fatores da ordem da história, apesar de ser um passo importantíssimo na análise das mesmas.

Referências Bibliográficas:

ARISTÓTELES, *Arte retórica e Arte Poética*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1959.

BARTHES, Roland. *Elementos de Semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1987.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*.- Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1987.

MARI, Hugo. *Os lugares do sentido*. UFMG: NAPq, Faculdade de Letras, 1991. (Cadernos de Pesquisa)

RICOEUR, Paul. *A Metáfora Viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ROBIN, Régine. *História e Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

VERÓN, Eliseo. *A produção do sentido*. São Paulo: Cultrix, 1980.